

# NOVA ÁGUIA

Revista de Cultura para o Século XXI

Nº 22 – 2º SEMESTRE 2018

ENSAIO & POESIA | TEMAS & AUTORES

**CIDADANIA  
LUSÓFONA**

V Congresso

**DALILA**

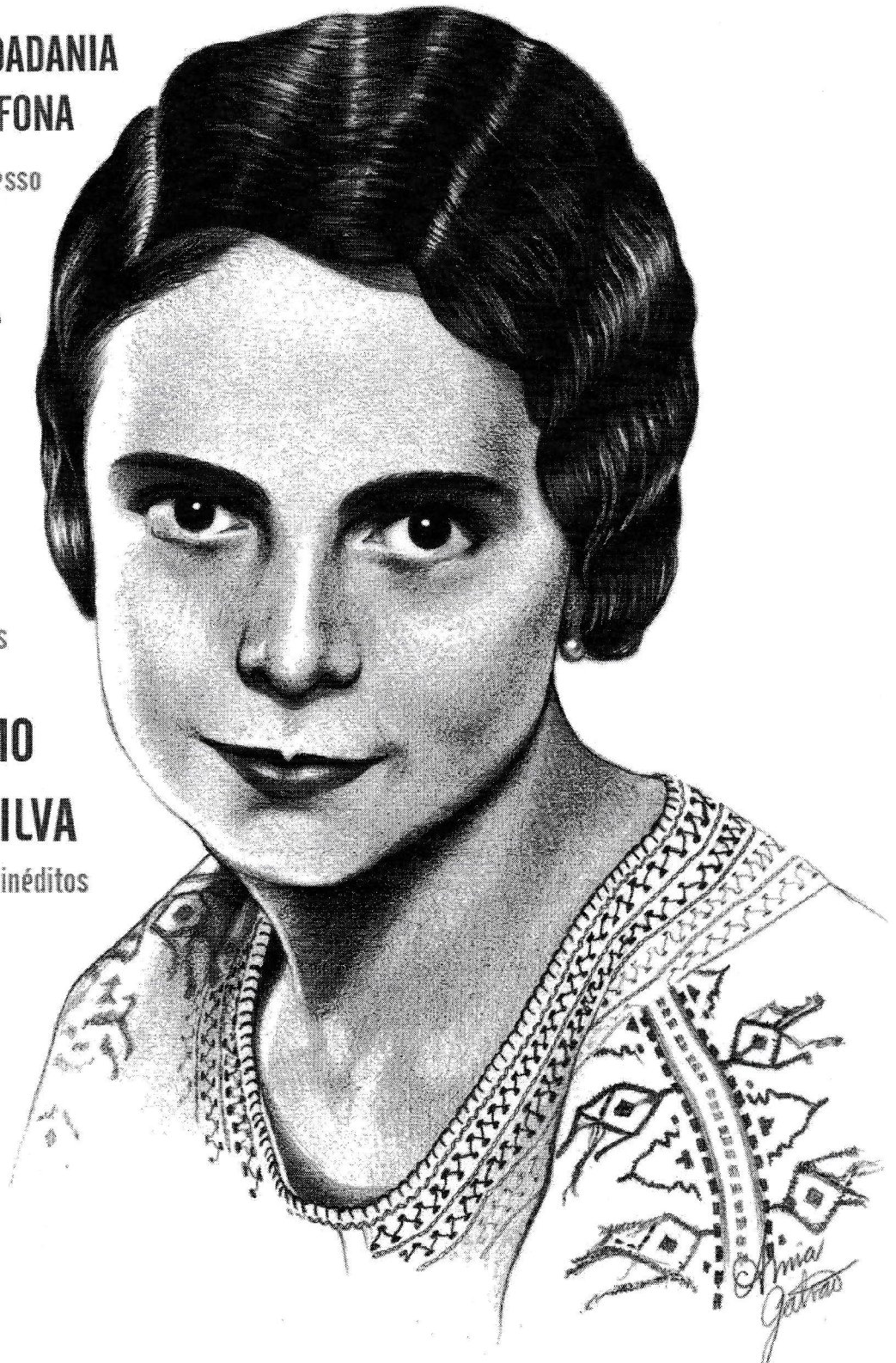
100 anos

**FRANCISCO  
DE HOLANDA**

5 séculos

**ANTÓNIO TELMO  
AGOSTINHO DA SILVA**

inéditos



**Zéfiro**

ISSN: 1647-2802



# DALILA PEREIRA DA COSTA E A NATUREZA MATRIARCAL DE PORTUGAL

Artur Manso

*O Futuro é tão antigo como o Passado. E ao caminhar para o Futuro é o Passado que conquistamos!*

ANTÓNIO MARIA LISBOA

1. Defende José Eduardo Franco<sup>1</sup> que “uma nação para ser completamente precisa de ter desenvolvido, no processo de elaboração cultural do seu auto-conceito enquanto nação, um processo quadridimensional de mitificação [...] a idealização do mito das origens da nação, a narração encomiástica de uma epopeia, a exaltação de uma idade de ouro gloriosa e a concepção de uma utopia, isto é, de uma escatologia enquanto sentido último da missão de um povo singular na história da humanidade” (Franco, 2009: 117). Assim sendo, é Dalila Pereira da Costa uma das mais eruditas e de pensamento mais original em trazer ao conhecimento de um público mais vasto o processo de mitificação da nação portuguesa, deixando-nos em *Corografia sagrada*<sup>2</sup> um conjunto de textos, com datas entre 1980 e 1991, em que se debruça sobre aspectos particulares do país e suas regiões, todos eles embrenhados num simbolismo mítico que nos reporta a um tempo primordial em que a criatura e o Criador viviam em harmonia. Por usura, inveja e incompreensão as criaturas afastaram-se do Criador, passando a fazer da sua existência um labor contínuo para avivar a memória desse tempo feliz e encontrar o caminho de retorno à união original. Outra característica central a este conjunto de textos é o relevo dos traços pré-arcaicos que marcam os povos antes

de nacionalidade naquele que hoje é o espaço de Portugal, essencialmente na sua porção a norte e o peso que tiveram para a afirmação da nacionalidade naquilo que é a evidência do matriarcado, primeiro assumido e depois assimilado pelo direito romano e a afirmação do cristianismo.

Nesta demanda, Dalila está convencida que a mitologia que subjaz à identidade do povo português que pelo milagre de Ourique tem mandato divino, característica que o torna especial e lhe outorga um destino providencial que servirá a Deus para realizar a sua missão no mundo: a universalização do cristianismo que terminará no ecumenismo e parusia anunciados. Não é por acaso que o primeiro texto desta obra se designa afirmativamente “Portugal, terra da nostalgia do Paraíso”, (cf. Costa, 1993: 9-14), decalcando propositadamente Mircea Eliade e o seu ensaio *La nostalgie du paradis* (1977). A interpretação do estudioso romeno serve de suporte ao pensamento de Dalila que garante ser Portugal, no conjunto das terras do ocidente, a que se perfila como eleito para guiar os outros territórios, possibilitando a refundação do paraíso terreal, uma vez que o nosso país continua a ter “consciência da queda como catástrofe, ruptura entre terra e céu, homem e deus ou deuses; e daí também o início do Mal” (Costa, 1993: 9). Talvez Portugal tenha surgido com esse propósito. Mas outros povos pensarão o mesmo, mesmo que Dalila identifique alguma iconografia ancestral, anterior à nacionalidade, cujo simbolismo aponta para essa tarefa na Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau, da época dos templários, vendo no capitel da sua porta principal a mensagem profética dos descobrimentos como acto de iniciação, o regresso das criaturas, a remissão do mal, a reconstituição do uno. Simbologia que

<sup>1</sup> Cf. Franco, J. E., “Polónia, país gémeo de Portugal na Europa”, *Nova Águia*, 4, 2009, pp. 117-119.

<sup>2</sup> Cf. Dalila Pereira da Costa, *Corografia sagrada*, Porto, Lello e Irmão, 1993.

lhe parece estar também presente em outra edificação da Ordem do Templo mais conhecida, o Convento de Cristo de Tomar, especialmente a janela da casa do capítulo, que em tempos diferentes mantém os mesmos propósitos: o tudo em todos (cf. *ib.*: 15). É verdade que esta Ordem parece ter um papel determinante na construção e desenvolvimento da nacionalidade e muito terá contribuído para a demanda dos descobrimentos, mas ela nem surgiu entre nós, nem por influxo dos portugueses, acabando Portugal por se impor ao mundo numa espécie de peregrinação do espírito parecendo cumprir a profecia de que dos pobres será o reino dos céus (cf. Mateus, 5, 3) e de que os últimos serão os primeiros (cf. Mateus, 20, 16). Para Dalila é clara a mensagem de Fernando Pessoa quando anuncia que chegada a Hora “Portugal por já não ser será”, ou seja, já não é Portugal porque esse fragmento agregador de todos os outros, estará finalmente reunido no todo sem parcelas. Mas outros símbolos reveladores da mesma tarefa são por si identificados desde os tempos imemoriais em lugares que vieram a constituir Portugal, sendo disso exemplo, entre outros, as figuras da gruta do Escoural, Panóias e a Serra da Estrela que lembram o laço original do homem com a natureza que se encontra quebrado e a necessidade de o recuperar. É na simbologia que atravessa épocas e povos que reside o encantamento do tempo que foi, daquele que está a decorrer e do que se espera venha a acontecer, representando por isso um papel central na afirmação dos povos, mesmo que muitos e contraditórios sejam os significados atribuídos por uns e outros, como nos dá conta, entre outros, Paulo Pereira<sup>3</sup>.

2. Aqui porei em destaque a originalidade de Dalila Pereira da Costa na defesa do cariz matriarcal da Pátria portuguesa. Ignorando a tendência que os discursos feministas vieram a consagrar e mergulhando em algo mais profundo e contraditório, ou seja, nas narrativas da formação do mundo e dos lugares, mostra como a mulher foi desde sempre determinante na vida dos povos, tendo em diversos períodos desempenhado um

<sup>3</sup> Cf. Pereira, P. (2004). *Lugares mágicos de Portugal*, 8 vols. Lisboa: Círculo de Leitores

papel central nas mudanças que aconteceram e que haveriam de levar a novas arrumações do espaço físico, quer pela intervenção directa, quer pelo mero simbolismo das suas acções.

É na tentativa da união do sagrado e do profano, faces distintas de uma única realidade, que Dalila estabelece as características matríciais do matriarcado na compleição de Portugal. Refira-se a coincidência com a particular e mais feminista e erótica interpretação de Natália Correia<sup>4</sup>, neste caso, naquilo que diz respeito ao também arquétipo de Portugal representado no Culto Popular do Espírito Santo, sem esquecer que o termo mátria não é exclusivo da tradição portuguesa. Ele aparece amplamente reflectido na literatura e poesia da Bretanha, Alemanha, Espanha e outros lugares em diferentes épocas. A doutrina cristã também não é alheia a outras tradições e culturas uma vez que só começou a ganhar forma há cerca de dois mil anos que representam uma pequena fração do tempo em que a nossa civilização foi ganhando forma. E também aí a mulher ocupa um lugar de destaque, no Antigo e Novo Testamento, o que prova que o esquecimento e desconsideração que estas, de forma esmagadora, têm na história dos povos não se deve àquilo que a tradição nos conta e de que há marcas evidentes, mas tão só e apenas ao domínio da cultura e das instituições desde há milénios pela figura masculina que se apropriou da tradição, tantas vezes pela força e a moldou aos seus interesses, ocultando deliberadamente a acção feminina.

<sup>4</sup> Cf. Escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo, em Franco, J. E.; Mourão, J. A. (2005). *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo*. Lisboa: Roma Ed., pp. 145-229: a) “Conferência de Santa Isabel”, pp. 151-158; b) “Espírito Santo feminino”, pp. 159-160; c) “A política e a reconstrução do espaço sacral”, pp. 161-169; d) “A transposição açoriana do Portugal europeu”, pp. 171-189; e) “Politeísmo”, pp. 191-195; f) “Espírito Santo e graal, templários, cister, franciscanos”, pp. 197-198; g) “Milénio”, pp. 199-201; h) “A teologia pentecostal do feminino e o cancionero popular açoriano”, pp. 203-211; i) “Ideologia e descobrimentos”, pp. 213-218; j) “A cultura pentecostal da açorianidade”, pp. 219-227; k) “Apontamentos manuscritos soltos”, p. 229. A mesma temática é ainda tratada em outros escritos como: *O armistício* (1965); *Mátria* (1967); *A madona* (1968); *O encoberto* (1969); *Onde está o menino Jesus?* (1987); Posfácio. Em M. E. Santo, *Origens orientais da religião popular portuguesa: ensaio sobre toponímia antiga* (1988).



Dalila complementa as profecias hebraicas com dados de outras proveniências, tal como Natália que também discute se a ideia da Trindade se inspira no politeísmo céltico, se o graal tem ligação à gnose pentecostal, ou se, pelo contrário, tem ligação aos mistérios de Elêusis ou aos mistérios de Ísis, relevando também o papel central da Ordem de Cister. Mas realmente importante para a autora de *Mátria* é que “o lugar do sagrado inaugurado pela Terceira Idade [...] será o reino da Mãe da Misericórdia abrangendo todos os seus filhos no amplexo da comunhão universal” (Correia, 2005i: 227). Ambas concordam que o sagrado e o profano se devem afirmar pela cooperação e não pela exclusão, em que os valores do feminismo se mostrem em todo o seu esplendor e assim possam corrigir o excesso de racionalismo que marca as sociedades actuais. A figura feminina será para Natália a única capaz de reavivar o pensamento mítico-religioso, sendo vista a sua restituição à teologia cristã como a reconciliação com o mais puro do cristianismo primitivo.

A poetisa açoriana entendia que o Espírito Santo mantinha uma presença constante em todos os tempos e lugares, manifestando-se “no Hinduísmo (leiam-se os *Upanishades*, onde Brama é o Espírito santo dos cristãos) em diversos avatares. Não só em Xiva, Vixmi que completam o Trimurti, correspondente à trindade cristã. Espírito Santo é a semente de ouro dos deuses”, adotada pela subtileza dos reis de Portugal, havendo, também, quem interprete o canto IX dos *Lusíadas* como “uma alusão ao graal guardado numa ilha onde, na tradição céltica, mulheres sobrenaturais levavam os heróis para os tornar imortais. Assim se explica a relação camoniana de panteísmo, maravilhoso pagão, graal e Espírito Santo” (cf. *ib.*, 2005e: 191). Para a chegada do Espírito

*as mulheres por Ele inspiradas juncam o caminho com as flores da sua cultura do amor e da solidariedade. E digo as mulheres porque o Espírito Santo, esse sopro que tudo anima, anima os humanos, é feminino, a Ruha em hebreu, a consagração da sacralidade do feminino que a androcracia judaico-cristã escamoteou (ib., 2005c: 169).*

Não se devia, portanto, ao acaso o facto de ser uma mulher que está no auge do Culto do Espírito Santo em Portugal, a rainha D. Isabel “figura de grande relevo na instauração de uma ordem universal que cumpra o evangelho eterno anunciado por João no Apocalipse e tentado levar à prática pelos franciscanos joaquimitas, (*ib.*, 2005a: 158). O que o Espírito Santo é, deriva, assim, da forma como se diz e ele “é feminino nas línguas semitas – *Ruha Kadesh* em hebraico, *Ruh Rurr* em aramaico (o actual siríaco)”, importando também “sublinhar que esta feminização da Terceira Pessoa da Trindade está configurada na imperatriz que, a par do imperador, figura no rito” (*ib.*: 181). Portanto é a heterodoxia do pensamento da poetisa açoriana acerca do Culto Popular do Espírito Santo, numa interpretação em que a mulher ganha lugar de destaque, que a consumação do tempo terá préstimo inestimável na ação dos portugueses iniciada com os descobrimentos. não ignorando, também, que o Culto incorporou diversos elementos de outras tradições rejeitadas pela ortodoxia católica. A ação interior de cada um deve dirigir-se à integração e não à exclusão para num momento ascensional e no surgimento de uma nova Igreja que inclua a totalidade das que existem, sem cada um deixar de ser aquilo que é, passem a ser Um para assim se poder cumprir o reino anunciado de fraternidade e paz universal.

3. Dalila de forma mais assertiva e menos enfática, mais espiritual e menos carnal, não deixa de se movimentar no mesmo plano de análise da poetisa açoriana. Do ponto de vista da representação do feminino são muitas as diferenças entre ambas, contudo na revelação/consumação do Espírito, há na consideração da mátria uma identidade que as aproxima. Sem se perder nos excessos eróticos de Natália, interessa-se por compreender o cristianismo primitivo, as heresias que uma vez estabelecido um modelo canónico para a fé cristã foram naturalmente surgindo, a regra beneditina e o monacato, sempre em sintonia com a ocupação do espaço daquilo que veio a ser Portugal. Mas essencialmente, neste conjunto de ensaios, centra a sua hermenêutica nas origens arcaicas daquilo que



hoje é Portugal, onde os povos celtas e pré-celtas deixaram marcas que perduram e influenciam os portugueses e as suas realizações.

Em *Matres Gallaecae – Uma reserva arcaica no Extremo Ocidental da Europa* (cf. Costa, 1993: 87-151) Dalila explora o significado de mãe e pátria, de como a primeira se torna matricial na formação e afirmação da segunda, defendendo, tal como Mircea Eliade e outros importantes historiadores do sagrado que “Na religião de um povo está sempre a base de toda a sua cultura e civilização” e a ser assim, as características de Portugal e dos portugueses de hoje têm a sua origem no “sobrenatural intuído e vivido por esses povos primitivos nossos antepassados” (ib.: 87). É na vivência religiosa desse passado remoto que Dalila encontra um impulso para o momento de ouro de Portugal, a Expansão pelos Descobrimentos. E na base da estrutura axiológica (e mítica) de Portugal está o seu “regímen de cariz matriarcal” que considera avançar “sempre pelo paradoxo” (ib.: 90). O poder da mulher vem-lhe do culto lunar dos antepassados plasmado nessa ideia idílica primordial da atlântida perdida que terá deixado nos povos mediterrânicos uma religião representada pelo feminino que se plasmava no sacrifício do Touro, encarnação da deusa, que ganhará raízes na península ibérica no entretenimento da tourada. Outro símbolo desse poder matriarcal advém do facto de serem elas que neste espaço procedem ao trabalho agrícola, intimamente ligado à natureza, descritas ainda pela coragem e amor à liberdade, reveladas quando entre a morte e a escravidão, não hesitam em optar pela primeira. Mulheres estas que se fixavam no que hoje é o norte de Portugal que ao longo da sua reflexão, continua a considerar o mais fiel depositário dessa herança arcaica: “Povos vivendo nesse regímen sociorreligioso, possuirão forte ligação em fidelidade à terra, ela sentida e vivida como corpo materno, próprio e peculiar, e que assim, será por si cultivado numa ligação de amor” (cf. ib.: 94). Gentes estas que os romanos rotularam de conservadoras e atrasadas.

Dalila seguindo os relatos dos antigos mestres como Estrabão, Plutarco, Tácito e de outros contemporâneos portugueses Leite de Vasconcelos,

Martins Sarmiento, Jorge Dias, José Mattoso, entre outros, defende ter havido na antiga Galécia

*o culto generalizado das Matres, tal como nas Ilhas Britânicas e Bretanha francesa. Sempre três, como representantes da mãe originária, Mater Matuta, detendo nos seus braços os símbolos da fecundidade [...] representantes terrestres e mortais dessas mães celestes e imortais [...] mulheres guerreiras, defendendo seu território e família duma invasão inimiga e futura escravidão (ib.: 95).*

Nas incursões de outros povos para se apoderarem do que era seu, lutavam em plano de igualdade, ao lado dos homens, para defender a propriedade e proteger os filhos, matando quando era preciso toda a descendência para que ninguém fosse sujeito à escravidão. Elas eram o centro da vida familiar e também da comunidade a que pertenciam, eram as mães e as protectoras das vidas que em si tinham fecundado. E esses sinais da organização matriarcal resistem no actual território português, nomeadamente a norte, encontrando-se símbolos do mesmo no culto de Auge sobrenome da deusa pagã Ateneia protetora das tecedeiras, na aldeia de Fontes. Também em Panoias, Vila Real, num santuário lusitano-romano, sobrevive um culto pré-românico séc. I ou II dedicado na sua origem a uma deusa de carácter ctónico, depois a Serápis, deus egípcio trazido para a península pelos soldados da *Legio VII Gemina* depois de seu estágio na Pannonia húngara.

O território onde se veio a erguer Portugal, em tempos idos, foi região de mistérios diferentes, os maiores Elêusis, Ísis, Cibele, Artemis... mas com a romanização e a sua

*religião patriarcal, altamente racionalizada, desmitizada, antropomorfizada e estatizada como religião imperial, iluminada pela clara luz de Apolo e pela urânica de Júpiter – como outro exemplo de sobrevivência dessa época passada, sob a égide da deusa ou deusas das profundezas da Terra de culto misterioso, pânico (ib.: 105).*

Este culto feminino obnubilou-se e quase se extinguiu, mesmo que aqui e ali continuasse a ressoar o seu poder o que para Dalila representa

*mais um exemplo do sincretismo entre uma divindade feminina trazida pelos soldados romanos,*



*escravos e comerciantes gregos do longínquo Oriente, e a divindade indígena dos galaicos que, segundo Estrabão, não tinha nome, e era adorada em noites de Lua cheia em frente de suas casas. Não tinha nome porque uma proibição sagrada o velava aos estranhos, aos não iniciados no seu culto [...] os signos de uma complementaridade cósmica e humana, desde seus primórdios, como representação simultânea da Lua e do Sol, da Água e do Fogo (ib.: 108).*

São muitos os cultos que ocorrem em templos transformados pelas religiões que se sobrepõem, adoptando práticas das anteriores e parte do simbolismo que já continham. Indo aos resquícios da arqueologia aqui patente reconhece-se essa categoria matriarcal do sagrado, onde a mulher desempenha um papel central e à qual se ligam os símbolos “da Lua, água, noite, fecundidade e culto dos mortos” que se encontram “desde os primórdios de nosso neolítico, justamente numa das expressões culturais que caracterizam esse período da pré-história, a cerâmica, aqui denominada de cardial, pelas específicas incisões da concha do molusco *cardium*” como está patente no Escoural, nascente do Almonda, em Sagres e outros lugares do agora território português. Dólmenes e cistas, serão o símbolo do seio dessa prístina Deméter e as festas populares que hoje continuam a celebrar-se nestes locais, são uma fonte das raízes do feminino em Portugal desde os tempos da sua pré-história, quando a terra era herdada e cultivada apenas pelas mulheres, sendo, portanto, a cultura matriarcal agrícola em contraponto com a patriarcal que era pastoril (cf. ib.: 108-110).

As festas populares desses locais são hoje dominadas pelo masculino e agregadas pelo monoteísmo cristão, continuando os povos ignorantes das origens, pouco lhes importando a que deusas ou deuses esses lugares já foram dedicados. A verdade é que a alma portuguesa na sua essência continua a ser religiosa, isto é, a ter necessidade de religar o humano ao divino, e por isso erige-se em andanças constantes valorizando o mistério e relativizando a abstracção no acto do conhecimento, que se caracteriza pela intuição e contacto directo com a realidade e a natureza, como via de conhecer e de viver. Dalila acompanha

aqueles que vêm na poesia portuguesa uma das suas mais elevadas expressões de conhecimento, com forte cariz feminino e a inerente dificuldade de transpor o plano da realidade pelo da espiritualidade, ou como refere “A vera transcendência das coordenadas do tempo e espaço terrenas, atingida peculiarmente pela profecia e pela saudade, como conhecimento ontológico unindo inseparavelmente o culto dos mortos e da fecundidade” (ib.: 112), vendo o evoluir da nossa história como hierofania da vontade de Deus sobre a terra, através dos homens, revelará esse mesmo poder de (re)unir o tempo e a eternidade, a terra e o céu.

A romanização primou pela afirmação do masculino e conseqüente destruição dos regimes matriarcais que foi encontrando e que eram herança dos povos pré-celtas procedentes do Neolítico e Idade do Bronze, que tinha continuado preservada com a chegada dos povos indo-europeus à Península Ibérica pelo século X antes da nossa era, procedendo-se, pouco a pouco, a uma substituição do matriarcado pelo patriarcado que se intensificou com a chegada dos romanos que substituíram

o *ius naturalis* do primeiro regime pelo *ius civile* do segundo que posteriormente no Portugal da Idade Média, seria confirmado no século XIII pela preponderância do código justiniano e pela influência de Bolonha, opondo-se ao direito anterior local e tradicional, traduzido nos usos e costumes e fundado em laços familiares de sangue, de carácter materno-telúrico (ib.: 117).

Apesar de todo o formalismo legal que transformou Portugal, Dalila considera que a origem matriarcal continuou viva no espaço de Portugal como é patente em plena idade média na formulação da Lei da Avoenga que determinava, caso alguém quisesse comercializar os bens da avoenga (dos avós), tinham prioridade na compra os irmãos e parentes mais chegados ficando preservado o património da família, afirmando-se o

*predomínio da família sobre o Estado e naquele o da mulher, esta sempre como representante da Terra-Mãe. Lei que assim ainda considera a linha familiar como imortal nas suas gerações sucessivas, em morte e vida, como complementaridade*



*necessária a uma constante ressurreição. A Terra-Mãe eleva neste regime jurídico, tal como na sua religião de Mistérios, seu filho ao reino celeste da imortalidade” (ib.: 118).*

Em seu entender, esta foi uma lei basilar do Estado português que reforçava a relação fraternal entre os elementos de uma família e a terra dos seus antepassados. A família como um todo sobrepõe-se a cada indivíduo que a constitui e é ligada por uma terra comum sujeita ao amor e fraternidade da totalidade dos membros que a compõem. Dalila defende que os romanos adaptaram o seu direito natural, à especificidade da religiosidade destes povos que tinham na mulher a personagem central

esse carácter de *ius naturale* [...] seria consequência do carácter religioso próprio do matriarcado, na sua adoração à Terra-Mãe e comum Filiação dos homens a ela. Filiação que, no *ius civile* dos romanos, seria doravante feita e sentida com o pai; no régimen matriarcal há um pai, mas não um *pater familias*, lugar então ocupado por uma *materfamilias* (ib.: 118).

Pode ter sido assim ou não. Mas o paradigma que aqui domina é o da comunidade em detrimento de cada indivíduo que a constitui, pois enquanto este perecerá a comunidade/família irá sobreviver-lhe de geração em geração. De forma negativa, Dalila avalia o facto de a lei da avoenga ter começado a extinguir-se aquando da fundação do Estudo Geral (1290) por D. Dinis, quando o direito romano passa a dominar a legislação nacional. Não deixando de considerar o rei poeta como um dos mais importantes governantes no estabelecimento das características do Estado português, censura-lhe o facto de não ter evitado a assunção da modernidade e da nova organização dos povos sob um código legal que tornaria todos os membros da comunidade iguais perante a lei. Mesmo que depois se tenha instituído a lei do morgadio que vigorou durante muito tempo, Dalila faz notar que não se trata da mesma coisa, pois ainda que ambas pretendam manter os bens na mesma família, no morgadio existe o direito de progenitura e o privilégio de um sexo sobre o outro e ainda a sucessão gradual, a inalienabilidade absoluta dos bens, propósitos estes que são estranhos à

avoenga. Enquanto a avoenga garante o direito da família o morgadio garante o do indivíduo. Em seu entender nos documentos medievais aparece a

*valorização da mulher e da Terra, no direito dos usos e costumes locais. Um deles, será a noção de inviolabilidade do corpo da mulher, ainda como um sinal da sua sacralidade: o seu corpo sendo idêntico ao da Terra-Mãe, ou sua imagem humana (ib.: 123).*

Vincando este desiderato, deixa o exemplo de D. Isabel quando intervém nas contendas entre D. Dinis e seu filho Afonso, mediadora de conflitos exercendo influência decisiva tal como as mulheres de tempos remotos, que tinham papel apaziguador em demandas da mais variada ordem. Poder matriarcal de mulheres agora submetidas ao domínio dos homens que o herdaram de povos anteriores à Fundação da nacionalidade, onde se destacam figuras paradigmáticas de matriarcas, como é o caso de Mumadona. Deu-se, então, “com o decorrer dos tempos, entre uma sociedade pagã, matriarcal telúrica e outra cristã patriarcal, guerreira, como a nossa medieval, a corrupção duma antiga iniciação” (ib.: 128) que continua a ter resquícios na poesia galaico portuguesa e no culto dos mortos, neste segundo caso é revelador a revolta de Maria da Fonte e suas companheiras quando em 1846 na Póvoa de Lanhoso se opõem de forma determinada à lei cabralista da saúde. Insurreição liderada por essa “mulher lavradeira unida à Terra-Mãe [...] encarnação das remotas sacerdotisas a quem incumbiam os mistérios da morte” (ib.: 130). Todas unidas contra a lei que proibia enterrar os mortos nas igrejas “expulsos para fora da aldeia, sozinhos no longe agreste dos montes; e não mais junto aos vivos seus descendentes e celebrando com eles o culto” luta contra a hegemonia estatal e sua lei, nascida duma concepção dessacralizada e materialista, fruto desse século iluminista e jacobino, contra a qual essas mulheres, representantes do antigo espírito individualista, agrário telúrico religioso da velha Galécia, se levantaram em ordas aguerridas violentas” (ib.: 131). Também aqui ressoa o paralelo com a Grécia antiga na personagem trágica de Antígona que o tempo imortalizou pela desobediência



que a levou à morte às mãos do Estado, em consequência de ter desafiado as leis para sepultar o seu irmão Polinice a que por obrigação familiar se sente impelida, em clara transgressão do poder legal que lhe exige o contrário. Como conta a tragédia, preferiu ser condenada à morte e cumprir, embora sem sucesso, o ritual familiar de enterrar os seus mortos do que seguir a lei imposta pelo Estado que a impedia de lhe dar sepultura. Note-se que Antígona já anteriormente tinha feito valer o amor filial ao acompanhar o seu pai Édipo quando deixou Tebas. É de relevar que nesta afirmação do matriarcado, Dalila não descarta o exemplo de domínio feminino na perspectiva luxuriante de algumas “mulheres fatais” como Maria Paes Ribeiro, a Ribeirinha, D. Leonor Teles e como muitas outras do género, que continuam em Portugal

*como mulheres de Ofusa, a terra das serpentes, esse encanto de perversidade e sedução do abismo infernal, telúrico, na mulher, agora lutando com falsas armas num régimen de domínio masculino, e não mais o seu, para sempre perdido. Sobrevida dum tempo feminino primitivo, agora em natureza aberrante, em todo o seu poder sanguíneo, traiçoeiro e vingador, sob o véu da manha e doçura (ib.: 135).*

Parece que para o bem florescer tem que o mal prevalecer como transgressão a uma ordem natural em clara ligação com a tradição grega, o que a leva a citar Ésquilo que descrevia as amazonas que se alimentavam de carne crua, “Danaides e as mulheres da ilha de Lem(n)os, matando os seus maridos. Forma negativa, do direito feminino [...] linha subterrânea de mulheres, vinda dessa remota idade e de onde a onde aflorando no território português através dos séculos” (ib.: 135). Mas podia também evocar Eurípedes e as suas *Bacantes*. Na memória desses tempos idos do matriarcado dos excessos carnis e luxuriantes, ainda destaca a crença de que por todo o norte de Portugal se encontram mulheres que são

*Mouras encantadas, que continuarão vivendo sob este solo, vencendo a lei da morte e da velhice, escondidas em poços, fontes, antas, grutas; intocadas em toda sua beleza e fascínio para os homens. Como mulheres eleitas numa antiga sociedade,*

*são elas que detêm a arte da magia, os tesouros áureos, os mistérios do amor; são elas que elegem e chamam os homens para seu mundo perdido, o Outro Mundo, e aos quais farão participar desses seus tesouros a si confiados (ib.: 138)*

Portanto, se o espaço onde Portugal se veio a afirmar já tinha submetido há muito o matriarcado ao patriarcado, também no início da nacionalidade, com o episódio da luta entre a mãe D. Teresa e o filho Afonso Henriques em S. Mamede (1128), sorrindo a vitória ao rei fundador, fica garantido o pleno direito patriarcal na linha soberana, fechando-se definitivamente a época das grandes matriarcas do séc. X português, como Flâmula e Mumadona<sup>5</sup>. D. Afonso Henriques, onze anos decorridos, pela experiência mística da batalha de Ourique (1139) funda um país por eleição e mandato divino, de missão universal, passando-se

*do ctónico ao celeste; negando a superioridade da mãe terrena, a paternidade do fundador é doravante celeste, a de Cristo, a si mostrando-se como seu Senhor [...] há desde então um rei, sua geração e seu povo, cumprindo uma missão transcendente sobre a terra (Costa, 1993: 142).*

É no mais profundo da existência, naquelas regiões em que só o pequeno número de iniciados pode penetrar, nesse

*mundo do devir, do cambiante, e da morte, é o mundo que a Lua rege, mede, e cruza em fios como a grande tecedeira, nos seus sucessivos ciclos, no cosmos, na terra e na mulher, em todo o seu poder gerador e regenerador. O mundo que eternamente persiste, imutável, é o regido pelo Sol. Será naquele que viveram os homens portugueses na pré e proto-história. Mas será este, o do Sol, que desde todos os tempos, eles procuraram nas suas aventuras espirituais, como anseio de vencer esse mundo lunar e ascender à eternidade, sem tempo, sem devir, corrupção, velhice e morte (ib.: 147).*

Vestígios aos olhos do indivíduo comum, talvez mais que isso, quando penetrados pelo

<sup>5</sup> Em Natário, A. (2008). *Portuguesas com história*, 6 vols. Lisboa: Círculo de Leitores apresentam-se pequenas biografias de mulheres cujos feitos são relevados no espaço português entre os séculos X e o XX. Uma mais influente entre os decisores, outras reconhecidas pelos actos heroicos que protagonizaram entre o povo a que pertenciam.



restrito escol dos iluminados, os únicos capazes de “entre estes dois mundos, existencial, ontológica e escatologicamente, se perfaz a história, filosofia, poesia, sonho e acção dos portugueses” (ib.: 147).

Dalila estabelece uma constância que vai do matriarcado à tarefa dos descobrimentos que continua a ser revelada por símbolos anunciantes do futuro e perpetuadores da eternidade: “será o princípio solar, ígneo masculino, de eternidade, sem cessar renascendo de si próprio, sem Mãe, o que surge representado na simbólica do manuelino, justamente integrado na gesta da Descoberta, pela ave fabulosa, a Fénix” aviso de um tempo novo iniciado pelos portugueses e simbolizado em conjunto por “outro animal mítico [...] híbrido de ave e leão: o Grifo que [...] representa na simbólica cristã o Cristo, na sua perfeita união das duas naturezas, a divina e a humana, ou celeste e terrestre”. Ambos os animais apontando para a façanha marítima portuguesa “Fénix, animal renascendo de suas próprias cinzas, ou Cristo, Filho de Deus, da própria morte renascendo” (ib.: 148) que os homens devem imitar tal como sugere a iconografia dos templos portugueses do século XVI, o manuelino, destacando-se o Mosteiro dos Jerónimos. A fénix renasce das cinzas agora e sempre abolindo o tempo e a eternidade e fazendo de cada instante um eterno presente. O grifo lembra-nos a nossa precariedade enquanto indivíduos e a nossa necessidade de transcendência ou de nos transcendermos pela (re)ligação à natureza de onde viemos: “uma linha inconsútil iniciática fazendo-se na complementaridade antropocósmica, mas nascida primitivamente numa matriz ctónica, estará na religião e acção dos portugueses: conduzindo-os na sua vida e na sua morte” (ib.: 149).

4. Para Dalila a Religião dos gregos antigos e seus Mistérios torna similar a sua cultura à do Portugal antes e depois da nacionalidade, nomeadamente, na grande época dos descobrimentos. Naturalmente a pluralidade dos deuses gregos está agora subsumida ao Deus uno da tradição judaico-cristã. Porventura a sua análise tem presente o célebre discurso de S. Paulo no

Areópago: na presença de um Deus maior, de um Deus de amor, qualquer dissidência deixa de ser compreensível e deve cessar por completo a luta entre uns e outros. O Deus uno que tudo e todos reúne no seu amplexo amoroso, é agora o agregador das forças desse tempo que há-de vir quando naturalmente os humanos se reconhecerem indivisíveis com a natureza e trabalharão para a união dos povos. Para além da comunhão de propósitos da religião grega e da portuguesa, ambas as culturas são dominadas pelo papel central da mulher na estrutura social. O reino de Portugal venceu o culto à virgem quando em 1646 o rei D. João IV o consagra a Nossa Senhora da Conceição, proclamando-a padroeira de Portugal, voto que de certo modo é renovado pela população já no alvor da república, quando a partir das aparições de Fátima se instituiu o culto mariano que nos últimos cem anos tem marcado o sentir do nosso povo mais profundo.

Mas o legado grego e romano que marca o ser dos portugueses já estava presente nos cultos celtas e pré-celtas que influenciaram as religiões primitivas dos povos que habitavam o espaço que veio a ser Portugal. Na sua análise, dos povos celtas ficou como herança negativa na maneira de ser dos portugueses a vaidade, a fanfarronice, o gosto pela sumptuosidade e ostentação, a preguiça, a entrega prolongada a estados de torpor, o gosto pelas festas e por longos discursos de retórica vazia, a anarquia, o individualismo. Em suma o carácter desorganizado que continua a definir-nos como povo não nos beneficia, pois essa maneira de estar já levou à derrota dos Celtas pelos romanos e por essa herança, os portugueses vão sendo derrotados por si próprios, de que são exemplo as lutas liberais. Positivamente os portugueses retêm da herança celta o imperativo de transcendência e o profundo sentido de liberdade e independência, o desprendimento perante a morte, a crença em outro mundo, a forte relação com a natureza, metempsicose ou transubstanciação como forma suprema de sacrifício, a força da imaginação, o carácter de insubordinação, a insatisfação com o que temos e o constante desejo de nos superarmos: indo onde ninguém imagina ser capaz, dominar os



povos pela *vida conversável*, importar-se pouco com o ganho material, tender para o religioso e achar ter uma função mediadora na recondução das criaturas ao criador, do múltiplo ao uno.

A partir do renascimento com o retorno ao ideal classicista greco-romano Portugal tenta recuperar as suas origens que a cultura ocidental, impondo uma mentalidade racionalista e pragmática, apagou da sua memória e silenciou na sua história. É por isso que Dalila, na melhor tradição portuguesa, defende que a alma do nosso povo se encontra na nossa poesia e religião e não em qualquer pensamento especulativo, analítico, científico ou filosófico: “Os poetas absolutos de um povo deterão em si o carisma da poesia, da profecia e da história” (cf. *ib.*: 207) e entre os maiores coloca Camões e a épica de *Os lusíadas*, Bandarra e as *Trovas*, Guerra Junqueiro e a *Pátria*, Fernando Pessoa e a profecia da *Mensagem*. Dalila situa-se entre o *desengano e a esperança* na medida em que entende que se as características do povo português se têm abastardado porque cada vez mais se afastam das suas origens, degradação que se acelerou a partir do triunfo do liberalismo, acredita contudo “que a degenerescência acelerada do homem português que renunciou às suas origens celtas ainda tem esperança na regeneração a começar no português nortenho que ainda mantém alguma memória de sua herança celta e gaélica” (*ib.*: 222-223).

O povo português desde a sua fundação revela uma insatisfação permanente. Desafiando a sua pequenez e sujeição, preso entre a terra e o mar, caminha para o desconhecido com a esperança que essa peregrinação leve a algum lado. Talvez queira com essa ousadia reforçar a sua aliança com Deus, ou talvez seja apenas um impulso de rebelião ante a sujeição. A grandiosidade da conquista parece revelar um poder transcendente, uma ajuda que não veio dos homens seus iguais, mas do divino. Prevalecendo a sua visão mística constacta, quanto aos dois movimentos culturais mais importantes das três primeiras décadas do século XX que “a renascença herda a espiritualidade dos antigos pitagórica, órfica e pré-socráticos. A seara segue os ensinamentos do racionalismo socrático [...] Leonardo Coimbra

é mestre espiritual do homem português enquanto Pascoaes é o mestre espiritual da Pátria (cf. *ib.*, 1993: 278) e nos principais poetas e pensadores portugueses do século XX encontra um “Humanismo telúrico-cósmico transcendente” (*ib.*: 288), mais uma vez não é irrelevante para si que esta linha de pensamento tenha acontecido no norte do país.

Passando do local ao universal acaba por afirmar que a “nossa máxima contribuição ao mundo, se poderá chamar uma vasta técnica espiritual de realização pessoal, mas feita conjunta, solidária e inseparavelmente entre o Homem e a Terra, e na medida ecuménica e universalista” (*ib.*: 307). E uma vez mais relativizando o legado judaico-cristão e porque não a sua participação central na aventura dos descobrimentos, afirma que

*O processo português de reintegração não é herança dos povos indo-europeus, mas sim herança nossa dos povos anteriores, e duma alta antiguidade, ambos pertencendo ao grande complexo das culturas arcaicas (ib.: 310).*

Portugal é assim um lugar especial porque assenta aquilo que é naquilo que já foi e a indefinição do seu papel e da sua valia, deve-se ao facto de no seu povo e ao longo da história faltar gente com discernimento para entender essa ligação, pessoas iniciadas para compreender “os símbolos religiosos como cifras secretas” (*ib.*: 9). Quando na nossa vida colectiva gente excepcional foi iniciada na compreensão desses mistérios, Portugal foi o maior dos maiores: D. Afonso Henriques, D. João I e a ínclita geração, Nuno Álvares Pereira, os comandantes navegadores e alguns outros, brilhante escol de “místicos, mágicos, reis, xamãs” (*ib.*: 9). Como o Espírito parece de tempos a tempos assentar em povos diferentes, talvez não seja lícito, numa era de decadência acentuada e prolongada de Portugal, afirmar que a nostalgia do paraíso ou o regresso às origens é o poderoso mitologema nacional que perpassa os oito séculos da história de Portugal (cf. *ib.*: 14) tanto mais que não é evidente que os grandes feitos desta nação valente, destacando-se os descobrimentos, se devam a interesses altruístas e a impulsos do espírito, pois na história de Portugal só em épocas muito circunscritas o povo e as elites estiveram do mesmo lado.